

# Povos Indigenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: 11

Data 31/08/75 Pg.: 36

# Amazônia, como deter a ocupação?

LUCIO FLAVIO PINTO  
Correspondente em BELÉM

**M**esmo que quisesse, conseguiria o governo diminuir a velocidade da ocupação econômica da Amazônia? O desejo manifestado pelo presidente Geisel, ao visitar quinta-feira a cidade de Santarém, pode ser considerado como uma sincera reação emocional, aos problemas criados na região, em grande parte com o estímulo ou a participação direta do governo, mas na prática seu próprio governo não mudou substancialmente o ritmo acelerado desencadeado a partir de 1966, com a criação da Sudam e do Bssa, e a reformulação da política de incentivos fiscais.

Ao contrário, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que constitui o capítulo regional do PND, estabeleceu como metas para os próximos cinco anos fazer a região participar mais decisivamente da receita cambial do País (ampliando as exportações e contribuindo para a diminuição das importações) e integrá-la definitivamente à região mais moderna do País (o Centro Sul) como sua fornecedora de insumos básicos.

Para poder sair da sua insignificante participação atual (2 por cento da Renda Interna Nacional) e atingir as metas definidas rigidamente pelos tecnocratas do governo, a Amazônia teria que abandonar suas atividades tradicionais de subsistência (extrativismo, pesca artesanal, agricultura de autoconsumo) e concentrar-se em certos setores econômicos considerados "muito enérgicos": minério, pecuária e madeira. Graças a essa concentração de investimentos (concentrados por sua vez em determinadas áreas onde existem as fontes de suprimento de matéria-prima), ela poderia preencher até o fim da década as exigências do governo, exportando anualmente 100 milhões de dólares em madeira, 300 milhões em minério e 80 milhões em carnes. Além da política de incentivos fiscais e do remanejamento da colonização (onde a empresa privada tem substituído o colono tradicional), o governo criou o Polamazônia para centralizar ainda mais os investimentos em setores e áreas considerados prioritários.

A definição dessas prioridades, porém, baseou-se apenas em cálculos econômicos e nas poucas e fragmentadas informações técnicas de que se dis-

põe sobre as condições do solo, da flora e do clima da Amazônia. Mesmo um projeto de envergadura como o Radam, que deverá fazer o primeiro levantamento básico completo da Amazônia, é realizado na esteira dos projetos econômicos: suas constatações sempre são feitas após os erros terem sido cometidos e boa parte das suas recomendações não serão aplicadas porque a situação criada antes que o projeto pudesse opinar é irreversível — ou pelos menos garantem que é. Uma das grandes contribuições do projeto seria a de permitir um traçado correto da Perimetral Norte e o estabelecimento de uma forma de colonização que, mesmo inovadora, fosse mais compatível com a ecologia amazônica. Mas a Perimetral foi projetada sem os dados do Radam.

Preocupado em obter rendimentos imediatos de uma região que até então havia sido considerada como reserva, o governo achou dispensáveis estudos mais detalhados (não se dispõe, por exemplo, de um zoneamento do solo geral e conveniente e por isso todas as definições são empíricas). Assim, embora existam na Amazônia 950 mil quilômetros quadrados de campos naturais, a área es-

colhida para a instalação dos projetos agropecuários foi o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso: o solo, muito fraco, é coberto por uma rica floresta, cujo potencial o Projeto Radam avaliou em 35 bilhões de dólares, mas é a área mais próxima do Centro-Sul, onde estão instaladas as sedes da maioria dos projetos.

Uma boa parte da madeira existente nessa área foi queimada para a formação de pastagens. Em 1973 a devastação provocada apenas pelos projetos agropecuários do Sul do Pará atingiu a 187.253 hectares e no ano passado subiu para 414.849 hectares. Embora a Sudam venha exigindo desde o ano passado o aproveitamento da madeira cortada, dos 4.148.490 metros cúbicos de madeira derrubados, foram aproveitados apenas 570.333 m<sup>3</sup> (a produção de madeira da Amazônia em 1974 foi de 570 mil m<sup>3</sup>). Como o reflorestamento nesse ano só atingiu 10 mil hectares, isso quer dizer que no ano passado só os 89 projetos agropecuários do Sul do Pará abriram uma clareira de 400 mil hectares. Se acrescentados os desmatamentos dos 191 projetos agropecuários do Norte de Mato Grosso, a devastação atinge 1,2 milhão de hectares.

## Desenvolvimento, a meta inflexível

Essa é apenas uma das frentes, embora seu ritmo — estimulado agora pela regularização das liberações de recursos dos incentivos fiscais, graças à criação do Fundo de Investimentos da Amazônia — esteja aumentando de ano para ano. No Acre, a floresta também é derrubada para a formação de pastagens: as estimativas do ano passado indicam a destruição de 100 mil hectares de florestas. Como existem, em média, três seringueiras nativas por hectare, houve então a derrubada e inutilização de 300 mil seringueiras, em condições de produzir 300 toneladas de borracha.

Como é inflexível a meta de aumentar a produtividade, as preocupações da ciência têm sido consideradas exageradas ou infantis. As empresas que se transferem para a Amazônia consideram essas preocupações um obstáculo à rápida integração econômica que se pretende obter e mostram-se menos dispostas a adotar procedimentos antipoluentes ou preservacionistas porque a região é considerada pioneira (portanto, tudo é permitido). O governo

aprova essa atitude ao relaxar suas exigências.

Os cientistas têm alertado o governo para os males causados pela substituição da floresta heterogênea nativa por grandes plantios homogêneos de espécies exóticas. Não é apenas a violentação das condições originárias, mas significará também a morte de um extenso e praticamente desconhecido exército de minúsculos animais e plantas. Eles nascem e se alimentam das folhas que caem das frondosas árvores: ao entrarem em decomposição, elas formam até quatro centímetros de húmus que sustenta a microfauna e flora, além de proteger o solo — geralmente arenoso e pobre — da erosão. Num hectare de terra coberta de florestas compactas como as nativas, as chuvas carregam um quilo de terra (porque sua queda é amortecida e absorvida pelas folhas), mas num solo desnudo a erosão é de 34 toneladas.

As áreas já devastadas da Amazônia só poderão ter uma produtividade agrícola representativa se o solo for mantido em repouso por 300 anos, quando então formará uma camada de dois a três centímetros de húmus. Em caso contrário, a área, pragas e árvores mortas e desgalhadas transformarão a antiga floresta numa capoeira imprestável.

Sob o impulso oficial, as empresas privadas não apenas estão desmatando como também começam a poluir o ar e os rios de uma região que tem permanecido virtualmente intocada. A partir do próximo ano começam a funcionar as primeiras fábricas de celulose na região (prevê-se a instalação de cinco até o fim da década, cada uma produzindo 100 mil toneladas) sem que elas tenham sido obrigadas a instalar equipamentos antipoluentes. A fábrica de alumínio da Albrás, que deverá ser a maior do

mundo, está instalada em frente à bacia de Marajó, onde a correnteza das águas é muito forte, numa tradicional região da pesca e futura zona de captação de água potável de Belém. Poucas indústrias são tão poluentes quanto a do alumínio e o único método de controle utilizado — os lagos de decantação, onde os detritos químicos são acumulados — parece ser inadequado para as condições climáticas da Amazônia (com as grandes chuvas, o lago pode transbordar constantemente).

Em relação a essas frentes, sobre as quais o governo tem pouco controle, as estradas — construídas para serem o caminho de penetração da colonização oficial — não constituem um traço distoante. Se no início — e sob uma visão puramente emocional — elas eram tidas como a alternativa para a ocupação da Amazônia com os excedentes populacionais de outras regiões, atualmente elas foram convertidas também num ponto de apoio à média e grande empresa — embora seu uso atual ainda seja duvidoso.

A Transamazônica, a mais famosa dessas estradas, surgiu de um ato de vontade do presidente Médici, que excluiu os mais elementares princípios do planejamento. Contam seus construtores que a única idéia que tinha o Ministério dos Transportes quando a projetou era a de ligar pontos não navegáveis dos rios da margem direita do Amazonas, coincidindo essas ligações com as poucas cidades existentes nessa área. Pouco se sabia sobre as aptidões do solo, as condições topográficas do terreno ou as possibilidades econômicas dos colonizadores. A estrada tinha que existir — e foi feita.

Certamente ela resistirá à inevitável fase de descrédito público a que toda estrada de revestimento primário, sem finalidade econômica e sem base técnica está condenada numa região que tem os maiores, mais volumosos e desimpedidos rios do mundo, além de chuvas intensas, mas no futuro terá seu papel assegurado: abandonando o colono individual. O INCRA atrai para a região médias e grandes empresas, oferecendo as mesmas vantagens — e a mesma falta de rigor — ofertadas aos que se instalaram no Norte de Mato Grosso e Sul do Pará. Essa substituição é fácil diante do inevitável fracasso da colonização oficial dirigida, na qual os colonos recebiam lotes sobre terrenos rochosos, sementes inadequadas eram distribuídas, o paternalismo oficial inicial criou a passividade do agricultor

tor e faltou um mínimo de seriedade no apoio à produção e comercialização agrícola. Apesar de tudo isso, alguns julgam-se recompensados e ficarão ali, para talvez no futuro tornarem-se "peões" assalariados ou vaqueiros dos novos projetos que chegarão, ou simplesmente virarem posseiros, sinônimos de vagabundos rurais numa estrutura sem acesso para eles.

No momento em que o governo reforça esses erros com a construção da Perimetral Norte e exclui de seu programa de investimentos — fundamentado nos pólos de irradiação e nos setores econômicos prioritários — todas as atividades econômicas tradicionais da Amazônia (e, nelas, sua população e suas regiões de influência), parece improvável modificar o ritmo e o sentido da penetração. Circunstancialmente — e movido pela emoção causada pelo contato direto com problemas que os tecnocratas elaboradores de planos desconhecem — uma autoridade como o próprio presidente da República pode tentar mudar os caminhos mas logo perceberá que essa mudança necessita de uma alteração muito maior do próprio modelo que, tido como capaz de desenvolver a região, provoca essas deformações embora tente eliminá-las. É difícil acreditar que um projeto seja realmente de desenvolvimento se ele beneficia tão poucas pessoas: os 10,5 bilhões de cruzeiros que serão investidos na Amazônia nos próximos cinco anos, graças à política de incentivos fiscais, criarão apenas 60 mil empregos na região (cada emprego custando, portanto, 1,83 milhão de cruzeiros). Cada emprego criado com a colonização social custava 32 mil cruzeiros e ela produziria 125 mil empregos apenas na sua primeira fase, sete vezes mais do que o número de empregos a serem criados por 327 projetos agropecuários (e neste caso, cada emprego custará quatro milhões de cruzeiros).

Se a pressa em ocupar a Amazônia causa estragos à natureza insustentáveis e força o País a realizar grandes investimentos, na verdade produz pouca riqueza social na própria região. Essas distorções não são provocadas apenas pela estrutura fundiária irregular (que é mais agravada pelo incentivo à formação de grandes propriedades), estradas mal construídas, planos irreais ou colonizações mal executadas, mas são um produto coerente com o próprio modelo adotado. Para mudar os efeitos, portanto, o governo teria que mudar as causas.